

Melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público

Tipo de prática: Melhor Prática

País: Espanha

abril de 2014

Designação da prática	Aprendizagem eletrónica mista
<i>Principais características:</i>	Desde 2004 que, em Espanha, a Escola Judicial Espanhola tem vindo a organizar cursos de formação contínua em domínios específicos do direito europeu, utilizando o instrumento de «aprendizagem eletrónica mista», nomeadamente com o apoio de subvenções da UE. Esses cursos têm duas fases diferentes: a primeira fase é concluída através de uma universidade em linha com a duração de oito semanas. Todos os participantes que concluem com êxito a primeira fase têm acesso à segunda fase, que consiste numa reunião presencial na Escola Judicial com a duração de dois dias. Cada módulo em linha contém uma apresentação prática da matéria e quaisquer documentos conexos. É igualmente possível participar num fórum com o intuito de debater as questões de ordem prática ou teórica. Por último, os participantes devem concluir exercícios, tanto individualmente como no seio de um grupo. Os objetivos deste sistema são os seguintes: ▪ criar materiais de aprendizagem que possam ser melhorados anualmente devido ao resultado da interação entre o pessoal (tutores) e os participantes, ▪ permitir que cada participante gira, segundo os seus próprios critérios, o tempo necessário à sua aprendizagem, ▪ permitir a reorganização e utilização destes materiais, tanto ao nível da formação inicial como ao nível da formação contínua, ▪ gerir grupos de pequena e grande dimensão,

- criar diálogos públicos e privados entre o pessoal e os participantes,
- construir uma estrutura flexível capaz de se adaptar a diferentes situações e pessoas.

<i>Contactos da instituição</i>	Escola Judicial Espanhola Carretera de Vallvidrera, 43-45 08017 Barcelona Espanha Telefone: + 34 93 4067300 Fax: + 34 93 406 91 64 Endereço de correio eletrónico: escuela.judicial@cgpj.es Sítio Web: http://www.poderjudicial.es/cgpj
<i>Outras observações</i>	A preparação desta MELHOR PRÁTICA pode envolver despesas consideráveis, bem como a tradução de materiais, caso o curso seja ministrado em várias línguas. No entanto, uma vez que a maior parte dos materiais produzidos pode ser utilizada nos anos seguintes, o custo inicial pode ser considerado um bom investimento. A experiência exige apenas a disponibilidade de ferramentas informáticas muito básicas com as quais todos os juízes ou magistrados do Ministério Público europeus devem estar familiarizados. Esta prática pode permitir a participação de pessoas de diferentes países, enriquecendo assim a experiência de formação. Proporciona um conteúdo muito especializado e pormenorizado, algo que é menos fácil de alcançar com uma atividade normal de formação presencial. Até à data, a metodologia tem tido êxito, uma vez que combina sessões presenciais com sessões de aprendizagem eletrónica. As sessões presenciais permitem uma abordagem mais aprofundada de algumas matérias, bem como responder a perguntas e, mais importante ainda, partilhar experiências pessoais. Atualmente, os programas espanhóis em linha no domínio do direito europeu contam com a participação de um grande número de juízes e magistrados do Ministério Público de diferentes Estados-Membros.

Fonte: Projeto-piloto - Formação Judiciária Europeia: «Lote 1 – Estudo sobre as melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público», realizado pela Rede Europeia de Formação Judiciária (REFJ)